

AP/DEPEC/GESTE 2 - Fax: (021) 220-1397

Equipe Técnica: Fábio Giambiagi, Ana Cláudia Além e Ronaldo Fiani (PNUD).

 Apoio: Arthur Garbayo (COPED), Joana Gostkorzewicz e M^a Sybelina Fajardo Wemeck

◆ Política Econômica

Dois anos de Plano Real

Decorridos dois anos do início do Plano Real, o êxito do mesmo é inequívoco: a inflação em 12 meses tem tido quedas sucessivas e deverá fechar o ano de 1996 em menos de 15%, ao mesmo tempo em que os principais problemas surgidos em 1995 - os déficits fiscal e de conta corrente - vêm diminuindo de intensidade. Entretanto, os resultados agregados da evolução da produção e dos preços escondem uma grande heterogeneidade setorial, à qual não se tem dado a devida atenção (ver Tabela 1).

Tabela 1

Taxas de crescimento acumuladas no segundo trimestre de 1996 em relação ao mesmo trimestre de 1994 (%)

Discriminação	1996-II/1994-II
PIB	5,2
Agropecuária	1,2
Construção Civil	-2,9
Indústria-IBGE	4,2
Bens de capital	-10,9
Bens Intermediários	2,7
Bens de Consumo	14,0
Duráveis	28,9
Semi-dur. e não-duráveis	9,6
Demais Indústrias	10,3
Serviços	9,5

Fonte: Previsões IPEA. No caso da indústria-IBGE, comparou-se o índice dessazonalizado de abril de 1996 com a média do índice dessazonalizado do segundo trimestre de 1994.

A Tabela 2, referente aos componentes do índice da FIPE, aponta uma heterogeneidade similar, revelando o aumento extraordinário do preço de alguns produtos/serviços e a queda real significativa de outros. Esta Tabela mostra o comportamento dos preços dos principais grupos, selecionando, no caso daqueles com aumentos superiores à média, o sub-item com a maior taxa de variação dos preços desde o início do Real.

Os três itens que experimentaram maiores aumentos de preços - aluguel, serviços médicos e mensalidade escolar - são justamente setores/serviços que, por não

Tabela 2

Índice FIPE-Inflação acumulada julho 1994/junho 1996 (%)

Item	Variação	
	Nominal	Real(1)
Geral	55,48	0,00
Alimentação	35,12	-13,10
Habitação	112,80	36,86
Aluguel	455,28	257,14
Transporte	40,29	-9,77
Desp. Pessoais	43,62	-7,63
Vestuário	8,06	-30,50
Saúde	75,88	13,12
Serv. Médicos	109,07	34,47
Educação	96,20	26,19
Mensal. Escolar	114,01	37,65

Nota: (1) Deflator: Índice FIPE. Para junho/1996, adotou-se a 3^a quadrisssemana do mês.

enfrentarem a concorrência externa, tendem a se beneficiar de um aumento dos seus preços relativos, comparativamente aos setores produtores de bens tipicamente comercializáveis com o exterior. Em contrapartida, os setores mais expostos à concorrência são justamente aqueles nos quais a desinflação tende a ser mais rápida, fenômeno esse do qual o caso do vestuário é o exemplo mais marcante.

A combinação das duas tabelas sugere que o processo de queda da inflação até a consolidação da estabilização não é neutro e tem impactos diferenciados sobre a economia. No caso da produção, eles vieram se somar aos efeitos de um processo de abertura que já estava em curso, enquanto que no que tange aos preços relativos, de um modo geral, houve uma valorização real dos serviços e uma queda real dos preços dos produtos comercializáveis, repetindo o ocorrido em outras experiências de estabilização. No futuro, porém, cabe esperar que venha a se verificar uma maior convergência dos indicadores, uma vez que os primeiros efeitos do plano se esgotem e que o impacto da abertura econômica já tenha sido absorvido. A evolução mais recente dos preços relativos sugere que essa acomodação já começou a ocorrer.

ÍNDICE

◆ Nível de Atividade:
Atividade cresce em abril, mas cai em maio.....2

◆ Inflação:
Reajuste de tarifas pressiona inflação.....3

◆ Finanças Públicas:
Resultado operacional do Tesouro melhora em maio.....4

◆ Mercado Financeiro:
Juros continuam caindo no mercado futuro, embora lentamente.....5

◆ Setor Externo:
Chile assina acordo com o Mercosul.....6

◆ Operações do BNDES e FINAME:
Apoio a micro e pequenas empresas...7

◆ Anexo
Estatístico9

◆ Nível de Atividade

Atividade industrial cresce em abril

Segundo o IBGE, a produção física industrial apresentou um crescimento de 2,6% em abril ante março - taxa dessazonalizada -, o primeiro resultado positivo do ano. Todas as categorias de uso registraram um crescimento, com destaque para bens de consumo duráveis, com variação de 5,4% em sua produção física no período. A produção física de bens de capital e de bens intermediários apresentou crescimento de 3,4% e de 2,4%, respectivamente. Esse resultado sugere que as medidas de ampliação dos prazos de financiamento de bens de consumo e a gradual redução dos juros já estariam estimulando as encomendas do comércio às indústrias, com impactos sobre toda a cadeia produtiva.

Na comparação com abril de 1995, o recuo de 2,5% constitui o melhor resultado desde agosto do ano passado. Entre as categorias de uso analisadas o destaque fica com bens de consumo: duráveis e não-duráveis apresentaram crescimento de 10,7% e 4,4% no período, respectivamente.

Vale ainda destacar a produção de autoveículos que segue registrando resultados favoráveis. Segundo a ANFAVEA houve um crescimento de 6,16% da produção no acumulado janeiro/maio de 1996 ante igual período de 1995 - a produção de automóveis e comerciais leves liderou esse crescimento com variação de 8,5%.

A tendência é de que a produção física industrial venha a apresentar taxas positivas na comparação ano a ano nos próximos meses como resultado da comparação com uma base reduzida, marcada pelo processo de retração da atividade da indústria iniciado em abril de 1995 e que prosseguiu ao longo daquele ano.

Os dados da CNI confirmam o movimento de recuperação da atividade industrial em abril. As vendas reais da indústria registraram um crescimento expressivo de 10,4% - taxa dessazonalizada - ante março. As horas trabalhadas aumentaram 3,8% e o nível de utilização de capacidade instalada atingiu 77,2% ante os 76,0% de março.

O faturamento do comércio varejista de São Paulo, entretanto, registrou uma pequena queda de 0,28% em maio ante abril - taxa de dessazonalizada. Entre os itens que compõem o índice geral, os únicos a apresentar um resultado favorável foram os bens de consumo não duráveis e o comércio automotivo, com crescimento do faturamento real de 3,6% e 5,4%, respectivamente.

O Indicador do Nível de Atividade (INA) da FIESP, por sua vez, registrou uma queda de 1,4% em maio ante abril - taxa dessazonalizada.

Aumentam as contratações na indústria

Segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o ritmo de dispensas da indústria paulista em maio foi o mais baixo dos últimos doze meses quando foi registrada uma queda de 0,6% do nível de emprego. No ano, o nível de emprego acumula uma queda de 4,6%.

Na segunda semana de junho, houve um aumento de 0,02% do nível de emprego, o que significou a contratação de 503 novos trabalhadores - desde abril de 1995 não havia registro de alta no nível de emprego.

A tendência para os próximos meses é de uma relativa estabilidade do nível de emprego da indústria paulista, podendo haver um aumento decorrente do aquecimento do nível de atividade no segundo semestre.

ÍNDICE DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL COM AJUSTE SAZONAL

Base 1991=100

Mês	1995	1996
Janeiro	122,4	110,0
Fevereiro	122,1	109,7
Março	121,2	109,3
Abril	118,4	112,2
Maio	106,2	
Junho	112,8	
Julho	110,3	
Agosto	108,0	
Setembro	110,0	
Outubro	110,9	
Novembro	111,7	
Dezembro	111,7	
Média	113,8	110,3

Fonte: IBGE

TAXA DE DESEMPREGO ABERTO - BRASIL

Em %

Mês	1995	1996
Janeiro	4,42	5,26
Fevereiro	4,25	5,70
Março	4,42	6,38
Abril	4,35	6,03
Maio	4,49	
Junho	4,59	
Julho	4,83	
Agosto	4,90	
Setembro	5,19	
Outubro	5,09	
Novembro	4,72	
Dezembro	4,44	
Média	4,64	5,84

Fonte: IBGE



095162011



AP/CQPED

◆ Inflação

Reajuste de tarifas pressiona inflação em junho

O IPC-FIPE registrou uma variação de 1,13% na terceira quadrissemana de junho, ante o resultado de 1,34% de maio. Esse resultado reflete a menor pressão dos gastos com vestuário, despesas pessoais, saúde e educação, que registraram na terceira quadrissemana de junho reajustes de 1,99%, 1,17%, 1,48% e 0,50% contra taxas de 7,96%, 1,67%, 1,90% e 0,64%, respectivamente, no fechamento de maio.

O aumento da taxa em relação àquela da quadrissemana anterior - que tinha sido de 0,98% decorreu do impacto do reajuste das tarifas de transportes urbanos e de água e esgoto. O aumento de 23,08% nas passagens de ônibus urbanos em vigor desde o dia treze de junho deverá ter um impacto total de um ponto percentual no IPC-FIPE: 0,68 ponto percentual já no resultado de junho, e o restante na taxa de julho. O reajuste das tarifas de água e esgoto, por sua vez, foi escalonado em duas etapas: 10,36% no dia quinze de junho, e 10,26% em quinze de julho. O impacto sobre os índices de inflação em junho e julho deverá ser de mais de 0,28 ponto percentual em cada mês. Além disso, os reajustes dos contratos de locação residencial, que completaram um ano em maio e junho, também já deverão refletir-se na inflação de junho.

Espera-se que o IPC-FIPE feche o mês de junho com uma taxa de variação entre 1,2% e 1,3%.

IPC-FIPE: evolução nos próximos meses

O IPC-FIPE de julho - que ainda sofrerá os impactos dos reajustes das tarifas públicas e dos aluguéis - deverá apresentar uma variação de 1,20% segundo a média das projeções de diversas instituições financeiras para o fechamento do mês - ver anexo estatístico. O comportamento favorável de alguns itens deverá compensar parte das pressões das tarifas e dos aluguéis. O

vestuário poderá apresentar um reajuste menor em julho do que em junho. Além disso, o custo da alimentação deverá ficar estável, sendo que os produtos *in natura* deverão continuar em queda - só os derivados de trigo podem ter uma correção maior por causa do aumento da cotação do trigo no mercado internacional. Para agosto estima-se uma variação média de 0,80% do IPC-FIPE.

IGP-M: variação menor em junho

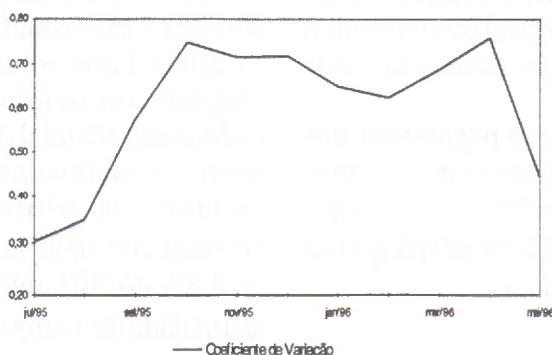
O IGP-M registrou uma variação de 1,02% em junho ante a taxa de 1,55% de maio. A queda da taxa deveu-se, principalmente, à menor variação do IPA-M, de 0,41% contra 1,41% em maio. O IPC-M e o INCC-M, por sua vez, apresentaram em junho variação de 1,67% e 2,01%, respectivamente.

Evolução da dispersão de preços relativos

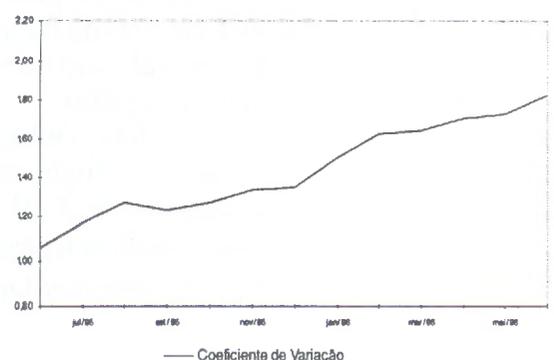
A dispersão de preços relativos no que diz respeito aos índices IPA-Agrícola, IPA-Industrial, INPC/IBGE, IPC-FIPE, IPC/FGV (IGP) e INCC, medida pelo coeficiente de variação (desvio padrão/média) caiu significativamente em maio - para a descrição metodológica do indicador ver Sinopse nº 37. Esse resultado decorreu, principalmente, do aumento da menor taxa acumulada em 12 meses de menos 5,12% para mais 6,50%, correspondente ao IPA-Agrícola, e da queda da maior taxa acumulada em 12 meses de 21,15% para 13,78%, referente ao INCC.

No que diz respeito à dispersão de preços entre os subgrupos do IPC-FIPE, observa-se um aumento do coeficiente de variação. Isso decorreu, principalmente, da queda da menor taxa acumulada em 12 meses de menos 7,08% para menos 8,58%, correspondente ao item vestuário.

ÍNDICE DE DISPERSÃO INDICADORES AGREGADOS ACUMULADO 12 MESES



ÍNDICE DE DISPERSÃO DESAGREGAÇÃO FIPE ACUMULADO 12 MESES



◆ Finanças Públicas

Tesouro registra superávit de caixa em maio

O Tesouro Nacional registrou em maio um superávit de caixa de R\$ 671 milhões, reduzindo o déficit acumulado para R\$ 3,8 bilhões ante os R\$ 4,4 bilhões do primeiro quadrimestre - a preços de maio de 1996.

O resultado de maio deveu-se, principalmente, à queda real significativa das despesas de 24,3% contra abril e de 2,6% ante igual mês de 1996.

Os gastos com pessoal apresentaram reduções de 8,9% em relação a maio de 1995, e de 7,4% ante o mês de abril de 1996.

A rubrica "outras despesas" - que inclui gastos com outros custeios e investimento - registrou uma retração de 13,8% contra mesmo mês do ano anterior e de 23,9% contra abril de 1996.

As despesas financeiras - que incluem o pagamento dos juros da dívida pública -, por sua vez, apresentaram uma queda de 32,5% em comparação a abril.

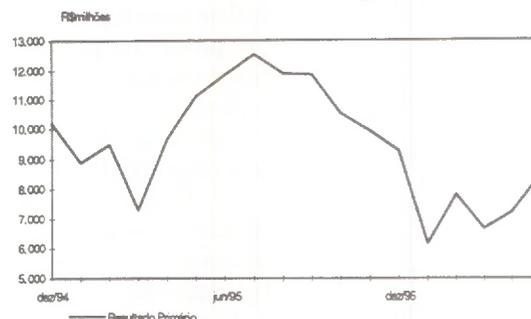
Segundo a execução financeira do Tesouro - que calcula as receitas e despesas sob o conceito de caixa - a arrecadação bruta federal - que inclui a receita tributária mais as operações oficiais de crédito e remuneração das disponibilidades - registrou em maio o valor de R\$ 8,33 bilhões, 3,9% acima do resultado registrado em igual mês do ano anterior - a preços de maio de 1996.

Resultado operacional do Tesouro melhora em maio

Segundo a Secretaria do Tesouro, o resultado operacional da União, exclusive Previdência e Banco Central, foi de um déficit de 0,1% do PIB no período de janeiro a maio de 1996 ante 0,4% do PIB em igual período do ano anterior - calculado a partir do fluxo de receitas e despesas, diferentemente da metodologia do Banco Central que tem como base de cálculo a variação nos saldos da dívida líquida da União.

O desembolso para o pagamento dos juros reais - no regime de competência - teve uma queda de 21,5% no período, o que reflete os efeitos do movimento recente de redução do patamar dos juros domésticos.

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL - ACUMULADO 12 MESES PREÇOS CONSTANTES MAIO 1996



Fonte: STN

NFSP: piora em abril

O resultado operacional das necessidades de financiamento do setor público consolidado - que inclui a União, estados, municípios e empresas estatais - conforme metodologia específica do Banco Central foi de um déficit de 3,7% do PIB até abril, acima dos 2,9% acumulados até março e do 1,6% do PIB registrado em igual período de 1995.

A União - Governo Federal e Banco Central - registrou um déficit de 1,5% do PIB até abril ante 0,5% até março.

Os estados e municípios, por sua vez, apresentaram um déficit de 2,3% do PIB contra os 2,7% acumulados até março. Esse resultado já mostra alguns efeitos positivos do programa de ajuste fiscal de estados e municípios promovido pela Secretaria de Tesouro Nacional.

Finalmente, as empresas estatais reduziram seu superávit de 0,4% do PIB até março para 0,1% no acumulado até abril. A principal causa do aumento do déficit operacional no acumulado até abril foi a piora do resultado da União - cujo superávit primário caiu de 2,2% do PIB no acumulado até março para 1,0% no acumulado até abril, o que já era esperado levando-se em conta que em março as contas públicas foram beneficiadas pelo pico sazonal da arrecadação tributária. Vale dizer que as despesas com os juros reais incidentes sobre o endividamento total do setor público começam a sofrer os efeitos da redução gradual das taxas de juros - no período de janeiro a abril as despesas com os juros reais sobre a dívida foram de 4,3% do PIB ante os 5,0% registrados no acumulado até março.

◆ Mercado Financeiro

Juros caem no mercado futuro

A taxa efetiva do over interbancário fechou o mês de junho em 1,94%.

No mercado futuro, as previsões para julho, agosto e setembro são, respectivamente, de 1,91%, 1,88% e 1,83%, o que indica que o mercado mantém suas expectativas de uma queda suave nos juros nos próximos meses.

Medida Provisória prevê privatização dos bancos estaduais

O auxílio financeiro aos bancos estaduais em dificuldades só deverá ser concedido pelo governo caso eles venham a ser posteriormente privatizados.

A alternativa à privatização na minuta da Medida Provisória dos bancos estaduais divulgada na imprensa é a extinção das instituições. De acordo com a minuta publicada nos jornais, o governo só absorveria a dívida após o Estado ter aprovado na sua Assembléia Legislativa lei autorizando a privatização.

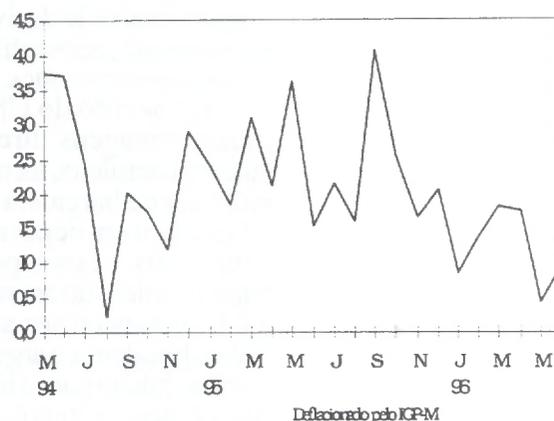
Mudança no redesconto bancário

Em julho o redesconto bancário sofrerá mudanças, com o objetivo de eliminar a reputação que este instrumento adquiriu no mercado de ser um auxílio para instituições em estado crítico.

A principal mudança diz respeito ao custo do redesconto: anteriormente corrigido pela taxa diária de financiamento dos títulos públicos (*overnight* Selic), agora o custo será balizado pela Taxa Básica do Banco Central (TBC), definida mensalmente. Além do redesconto, a nova taxa irá também corrigir os recursos do Proer. Espera-se que a mudança reduza o custo do redesconto, que de tão elevado tinha efeito negativo sobre a imagem do tomador, pois apenas instituições em sérias dificuldades recorriam a este tipo de recurso.

Assim, o redesconto deve voltar a ser uma opção a mais de recursos à disposição dos bancos, como era até 1986. A partir de então, seu custo se tornou tão elevado que o sistema financeiro criou o mercado de depósitos interbancários, como uma instância própria de regulagem da liquidez. Quem recorre ao redesconto três vezes acima do limite é obrigado

TAXA DE JUROS REAL: OVER BRUTO



Fonte: Gazeta Mercantil

a pagar juros de 10% ao ano acima da taxa média dos títulos públicos (Selic), sendo que no terceiro empréstimo as garantias reais têm de superar o valor da operação.

Com o ajuste provocado pelo Plano Real e as dificuldades de várias instituições, contudo, os bancos com recursos líquidos progressivamente reduziram suas operações no interbancário. Isto levou as instituições oficiais, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, a terem uma participação cada vez mais ativa no interbancário. Em função disso, o saldo de empréstimos da CEF neste segmento atingiu R\$ 8 bilhões em abril, enquanto que o Banco do Brasil registrava R\$ 9,2 bilhões no primeiro trimestre.

Aumenta a inadimplência

Um dos principais motivos por trás das mudanças introduzidas no redesconto é a continuidade do crescimento dos créditos de liquidação duvidosa. De acordo com o Banco Central, os créditos em liquidação representavam 4% da carteira total do sistema financeiro em janeiro de 1994, passando a 4,8% em janeiro de 1995, 9% em janeiro deste ano e atingindo 12% em maio. A maior parte dos créditos em liquidação duvidosa corresponde a financiamentos diretos ao consumidor e capital de giro para pequenas e médias empresas.

◆ Setor Externo

O Chile assina acordo com o Mercosul

A partir do dia primeiro de outubro passa a vigorar o acordo de livre comércio entre o Chile e o Mercosul, após ratificação pelos Congressos dos países envolvidos.

O acordo do Chile com Mercosul deve trazer vantagens diretas a alguns setores da indústria brasileira, além de representar um ganho no poder de barganha dos países que integram o Mercosul em negociações com outros blocos comerciais. Mais especificamente, a partir de outubro-início do acordo de livre comércio com o Chile-passa a ser aplicada tarifa zero para ônibus brasileiros e argentinos e reduz-se em 11% a tarifa chilena para a importação de caminhões, chassis para ônibus e carrocerias para ônibus e caminhões. Por outro lado, o Chile dispensou a exigência de obter uma cota no mercado brasileiro de vinho e pêssago em calda-beneficiando produtores do Sul. As autopeças brasileiras terão inicialmente 40% de desconto na tarifa, chegando à alíquota zero em oito anos. Estima-se que neste prazo quase todos os produtos sobre os quais incide algum tipo de tarifa terão seus impostos zerados.

Superávit da balança comercial em maio compensa o déficit acumulado até abril

As exportações fecharam o mês de maio em US\$ 4,5 bilhões de dólares, um crescimento de 7,2% em relação ao mesmo mês de 1995. Já as importações registraram US\$ 4,2 bilhões, um decréscimo de 13,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado compensa o déficit verificado no início do ano, confirmando as expectativas de recuperação no desempenho da balança comercial este ano.

No que toca às importações, os bens de capital registraram um decréscimo de 4,8% em relação a maio de 1995, e os bens de consumo

apresentaram a expressiva variação negativa de 25,9%. Quando se consideram os bens de consumo de forma desagregada, porém, aparecem diferenças significativas: enquanto a categoria de bens de consumo não-duráveis sofreu redução de 10,3% em maio de 1996 contra maio de 1995, os bens de consumo duráveis-excluindo automóveis-aumentaram em 9,8% quando se comparam os dois períodos, mantendo assim a tendência de crescimento verificada desde o início do ano. Os automóveis, por sua vez, permanecem em queda: -59,6% em maio deste ano contra maio do ano passado.

No que toca às exportações, o valor de maio de US\$ 4,5 bilhões é o segundo maior já registrado na história, somente superado por agosto de 1995 -US\$ 4,6 bilhões, mas que teve um dia útil a mais. De janeiro a maio as exportações atingiram US\$ 19,1 bilhões, a maior cifra já registrada no período, com crescimento de 10,1% sobre o mesmo período do ano passado. No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, os produtos metalúrgicos e o complexo soja respondem por praticamente 60% do crescimento das exportações brasileiras frente ao mesmo período do ano anterior. No caso dos produtos metalúrgicos, contribuem para o bom desempenho o crescimento do volume exportado para a Ásia, com especial destaque para laminados planos, semimanufaturados de ferro/aço e ferro-ligas, apesar da queda de preço verificada em relação a janeiro/maio do ano anterior. Já no caso do complexo soja, verifica-se aumento simultâneo de preços e quantidades exportadas.

O saldo do câmbio contratado em junho atingiu US\$ 1869,6 milhões. As exportações registraram US\$ 3857,1 milhões contra US\$ 3289,6 milhões das importações, produzindo um superávit no câmbio comercial de US\$ 567,5 milhões. O financeiro registrou um saldo em junho de US\$ 1302,1 milhões.

EXPORTAÇÕES POR TIPO DE PRODUTO

US\$ milhões FOB	Jan - Mai		Var.%
	1996	1995	
Básicos	4.574	4.158	10,00
Industrializados	14.096	12.851	9,69
Semimanufaturados	3.309	3.064	8,00
Manufaturados	10.787	9.787	10,22
Ops. Especiais	409	321	27,41
Total	19.079	17.330	10,09

Fonte: MICT - SECEX.

IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO

US\$ milhões FOB	Jan - Mai		Var.%
	1996	1995	
Matérias primas e bens intermediários	9.261	9.762	-5,13
Combustíveis e lubrificantes	2.191	2.060	6,36
Bens de capital	4.280	4.607	-7,10
Bens de consumo	3.318	4.392	-24,45
Total	19.050	20.821	-8,51

Fonte: Receita Federal.

◆ Operações do BNDES e FINAME

A evolução das operações

Em maio, ocorreu uma mudança importante no comportamento das aprovações e dos desembolsos do BNDES. A taxa de crescimento real das aprovações de financiamentos do Sistema foi de 19% no acumulado janeiro/maio ante igual período de 1995 - resultado favorável tendo-se em vista que nos acumulados até março e até abril as taxas tinham sido de menos 1%, e mais 0,3%, respectivamente. Apesar do resultado positivo para o Sistema, a FINAME prosseguiu registrando uma retração real do valor das aprovações, de 45,8% no período - ver gráficos da página seguinte.

Em relação aos desembolsos de recursos, o Sistema BNDES continuou apresentando crescimento no acumulado até maio, de 40%, significativamente superior à taxa de 28% registrada no acumulado janeiro/abril. De fato, houve uma reversão da tendência de queda da taxa de crescimento dos desembolsos observada a partir do acumulado janeiro/fevereiro. No caso da FINAME, entretanto, prossegue o movimento de queda real dos desembolsos iniciado em janeiro; a retração no acumulado janeiro/maio foi de 24% contra igual período de 1995. Novamente esse resultado explica-se pelas quedas reais dos valores desembolsados pelos programas FINAME automático - que financia máquinas e equipamentos de incorporação rápida ao processo produtivo industrial - e agrícola, de 22% e 64%, respectivamente. O movimento recente de recuperação da atividade industrial não tem se refletido, ainda, em um aumento dos investimentos. Além disso, ainda não houve uma retomada dos investimentos na agricultura, o que é confirmado pela evolução da produção de máquinas agrícolas: segundo a ANFAVEA, houve uma redução real da produção de 55% no acumulado janeiro/maio contra igual período do ano anterior.

O valor das consultas - pedidos de financiamento - do Sistema BNDES, por sua vez, cresceu 62% em termos reais no acumulado janeiro/maio ante igual período do ano anterior. Vale destacar a queda real de 27% do valor das consultas da FINAME.

A evolução setorial

Os desembolsos para o setor de comércio e serviços registraram um crescimento real expressivo de 131% no acumulado janeiro/maio

em comparação a mesmo período de 1995, a maior expansão dentre os setores. Vale destacar que o setor vem aumentando significativamente sua participação no total desembolsado ao longo do tempo: de 29% no acumulado janeiro/maio de 1995 para 48% em igual período de 1996. No mesmo período, a participação da indústria de transformação nos desembolsos totais reduziu-se de 55% para 43%.

BNDES: nova linha de financiamento às exportações

O Ministério do Planejamento aprovou uma nova linha de financiamento do BNDES de US\$ 1 bilhão às exportações de manufaturados, que, inicialmente, irá favorecer nove setores exportadores: autopeças, calçados, eletroeletrônicos, confecções, rochas ornamentais, cerâmica, móveis, artefatos de plástico e de cutelaria. Os setores escolhidos são aqueles que passam por uma fase de reestruturação industrial ante a concorrência internacional, ou aqueles com grande potencial de expansão das vendas externas. O financiamento será remunerado a taxas nominais de 11% ao ano (Libor mais 5,5%), além da correção cambial, já que os valores serão fixados em dólar. O prazo de pagamento é de 15 meses com nove meses de carência. Os produtores poderão financiar até 85% do total da operação individual ou de um programa trimestral de exportações. No resultado acumulado em 12 meses, o montante financiado não poderá ultrapassar US\$ 10 milhões. O BNDES vai utilizar recursos próprios - principalmente do FAT cambial - para financiar a produção dos bens exportáveis.

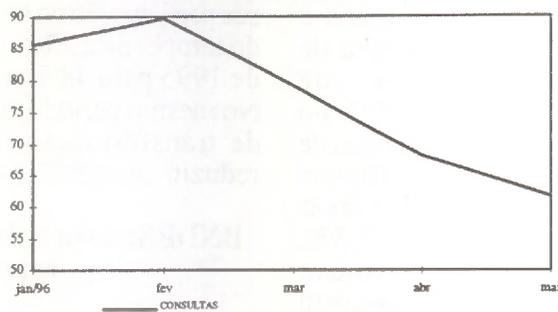
Apoio a micro e pequenas empresas

Além do US\$ 1 bilhão para os exportadores, o BNDES destinará mais R\$ 500 milhões para micro e pequenas empresas, empréstimo a ser remunerado pela TJLP mais 5% ao ano. Cada tomador poderá pegar emprestado no máximo R\$ 90 mil para financiar a compra de equipamentos e máquinas, e para capital de giro - até o limite de 50%. O pagamento poderá ser parcelado em até 36 meses, incluída a carência de seis meses. O fundo de aval do Sebrae será utilizado pelos tomadores para complementarem até 50% - limitados a R\$ 45 mil - das garantias reais exigidas para a liberação dos financiamentos. A participação do BNDES será de até 90% do investimento total.

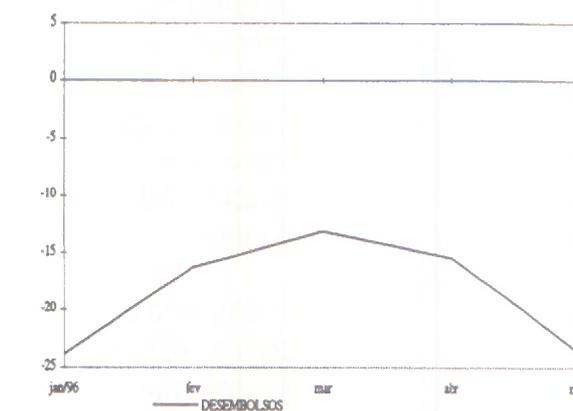
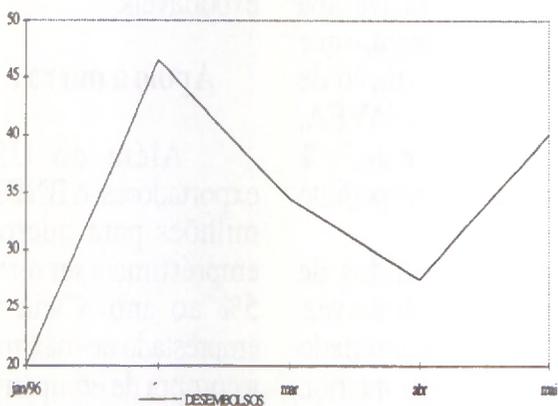
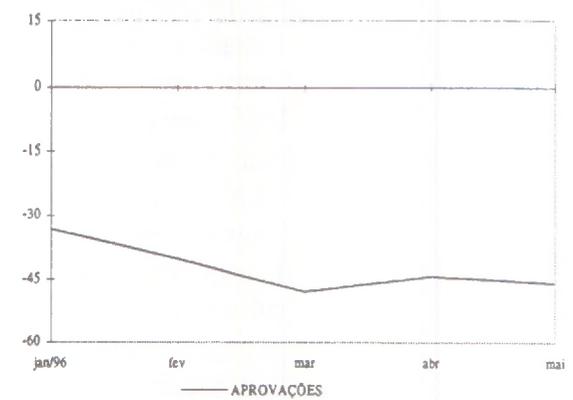
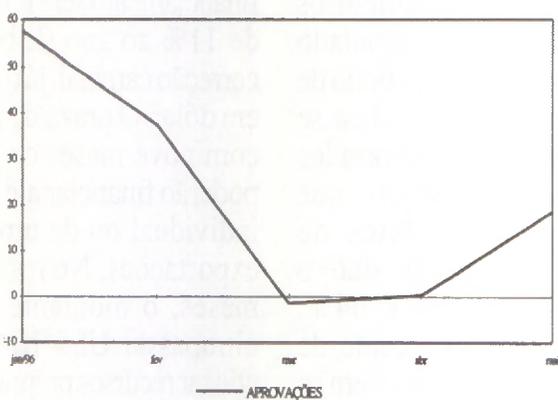
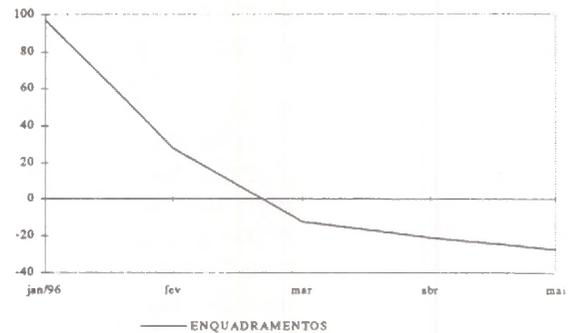
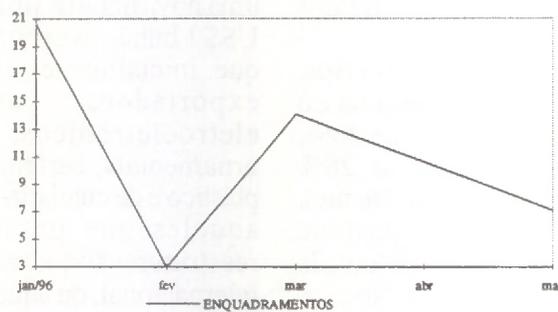
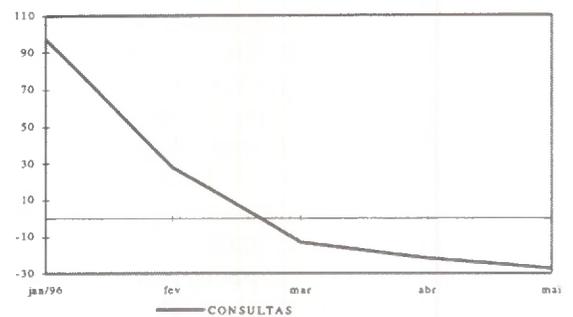
◆ Operações do BNDES e FINAME - Variação real (%)

(Acumulado até o último mês *vis-à-vis* mesmo período do ano anterior.)

SISTEMA BNDES(1)



FINAME



Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.

Elaboração: AP/DEPEC/GESTE 2.

Notas: (1) Inclui as operações do BNDES, FINAME e BNDESPAR. Deflator: IGP-DI.

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO CUSTO DA CESTA DE MOEDAS DO BNDES

	IGP-M / FGV			* Dólar Comercial (var.%)			** Unid. Monet. BNDES			*** Encargos Cesta de Moedas do BNDES
	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	
	Jul/94	40,0 (4,33)	1065,17	5180,86	-6,00	692,69	3530,99	-4,07	732,37	
ago	3,94	1111,08	4066,49	-5,43	649,65	2481,24	-5,54	686,26	2635,82	7,2224
set	1,75	1132,27	3033,80	-4,05	619,29	1730,39	-3,00	662,67	1857,76	7,2224
out	1,82	1154,70	2262,88	-0,82	613,39	1236,21	-0,11	661,83	1324,33	7,4756
nov	2,85	1190,46	1684,96	-0,12	612,53	884,08	1,19	670,89	972,62	7,4756
dez	0,84	1201,30	1201,30	0,12	613,39	613,39	-2,35	652,78	652,78	7,4756
Jan/95	0,92	0,92	877,24	-0,47	-0,47	404,84	-0,35	-0,35	446,35	7,2272
fev	1,39	2,32	603,79	1,13	0,65	279,87	1,12	0,77	294,68	7,2272
mar	1,12	3,47	388,42	5,23	5,92	169,78	9,63	10,47	199,04	7,2272
abr	2,10	5,64	253,91	1,90	7,93	96,22	6,02	17,12	119,70	7,0400
mai	0,58	6,25	149,65	-0,77	7,10	32,86	0,60	17,82	53,21	7,0400
jun	2,46	8,87	76,16	1,77	9,00	-7,80	0,86	18,84	3,10	7,0400
jul	1,82	10,85	23,80	1,52	10,65	-0,24	0,98	20,00	8,53	6,9382
ago	2,20	13,29	21,73	1,60	12,42	6,99	-2,38	17,14	12,16	6,9382
set	-0,71	12,48	18,78	0,32	12,78	11,86	-3,41	13,15	11,68	6,9382
out	0,52	13,07	17,27	0,83	13,72	13,72	1,09	14,38	13,02	6,7819
nov	1,20	14,43	15,39	0,49	14,28	14,41	0,01	14,39	11,71	6,7819
dez	0,71	15,24	15,24	0,61	14,97	14,97	0,59	15,07	15,07	6,7819
Jan/96	1,73	1,73	16,16	0,63	0,63	16,24	-0,80	-0,80	14,55	6,6481
fev	0,97	2,72	15,68	0,57	1,20	15,60	0,04	-0,76	13,33	6,6481
mar	0,40	3,13	14,86	0,41	1,62	10,31	-0,32	-1,08	3,04	6,6481
abr	0,32	3,46	12,86	0,46	2,08	8,74	-0,20	-1,28	-3,00	6,5518
maio	1,55	5,06	13,94	0,54	2,63	10,18	-0,21	-1,48	-3,79	6,5518
junho	1,02	6,13	12,34	0,64	3,29	8,96	-0,28	-1,76	-4,87	6,5518

Fonte: BNDES e Gazeta Mercantil.

* Taxa de final de período.

** Composição da cesta de moedas do BNDES: Dólar (19%), Iene (17,18%), Marco (3,66%), demais (60,16%).

*** Refere-se ao custo total da cesta, juros=1R, onde: 1° trim - 16/01 a 15/04; 2° trim - 16/04 a 15/07; 3° trim - 16/07 a 15/10 e 4° trim - 16/10 a 15/01

QUADRO DAS PREVISÕES ANUAIS (*)

INSTITUIÇÕES	PIB**								FBF		NFSP		Exportações		Importações		B. Comercial		Saldo em C. Corrente	
	TOTAL		IND*		AGR		SERV		(% DO PIB)		(% DO PIB)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)	
	1996	1997	1996	1997	1996	1997	1996	1997	1996	1997	1996	1997	1996	1997	1996	1997	1996	1997	1996	1997
Banco da Bahia	3,0	4,0	3,0	4,0	-	-	-	-	16,3	16,3	-	3,5	50,0	53,0	49,5	53,0	0,5	0,0	-13,0	-10,0
Banco de Boston	3,2	-	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48,0	-	48,0	-	0,0	-	-	-
Banco Garantia	2,7	3,4	2,9	3,6	0,9	1,7	3,1	3,6	-	-	3,5	3,0	48,5	51,4	48,4	52,5	0,1	-1,1	-16,1	-17,7
Banco Votorantim	2,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,0	-	-	-	-	-	0,2	-	-	-
CNI	2,5	-	2,0	-	-	-	-	-	16,5	-	-	-	-	-	-	-	-0,5	-	-	-
Consensus	2,8	4,2	2,7	4,7	-	-	-	-	16,4	16,3	3,2	2,1	50,0	54,2	49,7	52,9	0,3	1,3	-13,6	-13,0
Contador e Assocs.	3,3	4,5	-	-	-	-	-	-	16,8	15,8	3,5	2,0	49,0	52,0	50,0	51,0	-1,0	1,0	-15,0	-13,0
Corecon	3,2	-	-	-	-	-	-	-	17,1	-	1,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CSFirst Boston	3,0	4,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51,0	-	49,0	-	2,0	-	-	-
EIU	3,0	3,2	-	-	-	-	-	-	16,1	16,7	-	-	48,9	52,7	50,3	55,8	-1,4	-3,1	-	-
General Motors	3,5	4,5	-	-	-	-	-	-	16,4	16,1	-	-	50,0	53,5	52,0	52,5	-2,0	1,0	-15,0	-14,0
Goldman Sachs	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JP Morgan	2,0	3,8	-	-	-	-	-	-	-	-	3,6	3,0	51,2	54,3	52,7	60,2	-1,5	-5,9	-16,0	-22,9
Lloyds Bank - SP	2,5	4,5	2,3	4,9	-	-	-	-	16,1	16,0	2,5	1,0	50,8	53,7	49,0	51,9	1,8	1,8	-13,0	-12,0
Macrométrica	3,2	3,4	2,7	3,4	0,7	1,0	4,2	4,3	15,4	15,6	-	-	50,8	54,1	50,1	49,5	0,7	4,5	-12,8	-10,3
MCM Consultores	3,0	4,5	2,1	5,3	-	-	-	-	16,3	16,4	2,7	2,2	51,0	61,3	50,0	53,0	1,0	8,3	-14,0	-
Nomura	2,2	4,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-0,6	0,2	-19,1	-21,0
OCDE	3,0	4,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	-2,0	-	-
Reis e Moreira	3,0	4,0	3,0	4,0	-	-	-	-	16,3	16,3	-	-	48,5	52,0	50,0	52,0	-1,5	0,0	-15,0	-14,0
Rosenberg	1,9	-	1,5	-	-1,0	-	3,0	-	17,0	-	3,5	-	50,5	-	48,5	-	2,0	-	-12,0	-
Salomon Brothers	2,5	4,5	1,6	5,1	-3,0	-	-	-	17,1	18,7	2,7	2,2	51,0	56,0	53,0	55,0	-2,0	1,0	-	-
UBS Securities	3,2	4,4	3,6	5,0	-	-	-	-	16,3	16,3	3,5	2,0	50,5	56,5	51,5	58,0	-1,0	-1,5	-14,0	-14,7
Unibanco	2,5	4,0	1,9	5,0	-	-	-	-	16,3	17,0	3,5	2,0	48,3	51,3	49,8	50,3	-1,5	1,0	-13,3	-13,1
Média	2,8	4,1	2,5	4,5	-0,6	1,4	3,4	4,0	16,4	16,5	3,1	2,3	49,9	54,0	50,1	53,4	-0,2	0,4	-14,4	-14,6
Desvio Padrão	0,42	0,43	0,61	0,65	1,57	0,34	0,56	0,35	0,43	0,77	0,50	0,67	1,07	2,52	1,41	2,83	1,22	3,04	1,75	3,80

(*) Com exceção da Macrométrica, as outras instituições excluem a Construção Civil e os Serviços de Utilidade Pública.

(**) Variação percentual.

INFLAÇÃO - QUADRO DAS PREVISÕES

INSTITUIÇÕES	1996							
	IPC - FIPE				IGP - M			
	jul	ago	set	ano	jul	ago	set	ano
Banco Cindam	1,3	0,6	0,9	13,0	0,7	0,6	0,7	11,8
Banco da Bahia	1,5	-	-	-	-	-	-	-
Banco Garantia	1,6	1,0	-	-	1,0	1,0	-	-
Banco Marka	1,2	-	-	-	-	-	-	-
Banco Matrix	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco Múltipla	1,1	-	-	-	0,6	-	-	-
Banco Votorantim	1,4	1,1	-	13,0	0,9	0,9	-	11,0
BBA	1,2 a 1,5	0,7 a 1,1	0,5 a 0,8	13,7 a 14,3	1,0	1,1	0,6	11,7
Citibank	1,3 a 1,7	0,8 a 1,2	-	-	0,8 a 1,2	0,6 a 1,0	-	-
CNI	-	-	-	14,0	-	-	-	-
Dinheiro Vivo	1,3	-	-	-	1,2	-	-	-
Macrométrica	0,4	0,7	0,9	11,9	0,7	0,7	0,8	11,7
MCM Consultores	1,2	-	-	-	1,0	-	-	-
Rosenberg	1,0 a 1,2	0,5 a 0,8	-	-	0,7 a 1,0	0,6 a 0,9	-	-
Média	1,2	0,8	0,8	13,2	0,9	0,8	0,7	11,5
Desvio Padrão	0,29	0,18	0,11	0,78	0,18	0,17	0,07	0,32

ÍNDICES ECONÔMICOS

mês	Taxa de variação dos preços(%)						Taxa Referencial de juros (%)	Taxa de Câmbio-venda SP R\$/US\$		
	INPC	IPC (FIPE)	IGP-M (FGV)	IGP-DI (FGV)	IPA-DI (FGV)	IPA Ind (FGV)		Comercial Média	Comercial (*)	Paralelo (*)
jan/95	1,44	0,80	0,92	1,36	0,87	1,11	2,10	0,85	0,84	0,84
fev	1,01	1,32	1,39	1,15	0,58	0,87	1,85	0,84	0,85	0,84
mar	1,62	1,92	1,12	1,81	1,08	1,02	2,30	0,89	0,90	0,90
abr	2,49	2,64	2,10	2,30	1,99	1,95	3,47	0,91	0,91	0,89
mai	2,10	1,97	0,58	0,40	-2,03	1,21	3,25	0,90	0,91	0,90
jun	2,18	2,66	2,46	2,62	1,55	1,52	2,89	0,91	0,92	0,93
jul	2,46	3,72	1,82	2,24	2,24	1,28	2,99	0,93	0,94	0,93
ago	1,02	1,43	2,20	1,29	1,73	0,50	2,60	0,94	0,95	0,96
set	1,17	0,74	-0,71	-1,08	-2,42	1,57	1,94	0,95	0,95	0,96
out	1,40	1,48	0,52	0,23	-0,14	0,64	1,65	0,96	0,96	0,96
nov	1,51	1,17	1,20	1,33	1,49	0,36	1,44	0,96	0,97	0,98
dez	1,65	1,21	0,71	0,27	-0,61	0,32	1,34	0,97	0,97	1,00
Acum. Ano	21,43	23,17	17,23	14,77	6,38	13,06	31,62	-	-	-
jan/96	1,46	1,82	1,73	1,79	1,31	0,21	1,25	0,98	0,98	0,99
fev	0,71	0,40	0,97	0,76	0,47	0,03	0,96	0,98	0,98	0,99
mar	0,29	0,23	0,40	0,22	-0,07	-0,15	0,81	0,99	0,99	0,99
abr	0,93	1,62	0,32	0,70	0,41	0,37	0,66	0,99	0,99	1,02
maio	1,28	1,34	1,55	1,68	1,34	0,23	0,59	1,00	1,00	1,02
junho	-	-	1,02	-	-	-	0,61	1,00	1,00	1,04
Acum. Ano	4,75	5,52	6,13	5,25	3,50	0,69	4,34	-	-	-

(*) Final de período.

Fonte: Gazeta Mercantil.

REMUNERAÇÃO REAL DOS ATIVOS FINANCEIROS (%) 1

Mês	Bolsa SP	Poupança	Over	Ouro-Spot	Paralelo	Comercial	CDB
jan/95	-11,58	1,68	2,42	-4,39	-4,97	-1,38	2,03
fev	-16,96	0,96	1,83	-0,30	-1,25	-0,26	1,66
mar	-9,93	1,67	3,10	8,61	5,33	4,06	1,72
abr	25,39	1,85	2,11	-1,88	-2,06	-0,20	2,13
mai	-3,01	3,16	3,64	-2,86	-1,13	-1,34	3,33
jun	-5,48	0,92	1,54	0,25	0,87	-0,68	1,04
jul	5,68	1,66	2,16	-1,96	-1,58	-0,30	1,93
ago	8,78	0,90	1,60	-0,25	1,12	-0,58	1,10
set	9,12	3,18	4,05	2,28	0,40	1,03	3,58
out	-12,06	1,63	2,55	-0,35	0,32	0,31	2,15
nov	4,80	0,74	1,65	0,92	0,05	-0,70	1,27
dez	-2,51	1,13	2,05	0,45	1,84	-0,10	1,68
Acum. no ano	-14,32	21,26	32,73	-0,05	-1,39	-0,25	26,32
jan/96	17,79	0,03	0,83	2,83	-3,18	-1,08	0,46
fev	-4,69	0,49	1,36	-1,74	-0,96	-0,39	1,08
mar	-0,45	0,91	1,81	0,15	0,41	-0,01	1,48
abr	3,89	0,84	1,74	-1,18	2,39	0,14	1,38
maio	9,22	-0,45	0,45	-1,21	-1,24	-0,94	0,12
junho	4,45	0,09	0,94	-3,29	0,15	0,41	0,72
Acum. no ano	32,46	1,92	7,34	-4,46	-2,49	-1,86	5,35

(1) Deflacionados pelo IGP-M.

Fonte: Gazeta Mercantil

CUSTO DO CRÉDITO

Mês	TJLP	LIBOR* (6 meses)	Capital de Giro pré fixado*	Res. 63**	Desconto de duplicata#	Export notes**	ACC**	Repasse do BNDES##	
								BNDES/FINAME automáticos	FINAME agrícola
jan/95	26,01	6,80	123,31	20,73	8,44	20,50	12,97	3,0 a 6,5	5,5 a 6,5
fev	-	6,55	119,97	17,90	7,86	19,01	9,96	3,0 a 6,5	5,5 a 6,5
mar	23,65	6,46	170,40	21,27	8,71	15,75	9,03	3,0 a 6,5	5,5 a 6,5
abr	-	6,43	187,24	19,47	8,89	20,73	9,03	3,0 a 6,5	5,5 a 6,5
mai	-	5,55	117,80	20,61	9,02	19,24	8,95	3,0 a 6,5	5,5 a 6,5
jun	24,73	5,81	168,58	20,37	8,67	18,49	8,98	3,0 a 6,5	5,5 a 6,5
jul	-	5,88	173,13	19,92	8,57	21,11	8,96	3,0 a 6,6	5,5 a 6,6
ago	-	5,88	160,62	20,86	8,13	22,19	9,04	3,0 a 6,6	5,5 a 6,6
set	21,94	6,25	143,68	20,75	7,82	21,12	15,20	3,0 a 6,6	5,5 a 6,6
out	-	5,69	133,01	20,52	7,34	23,47	9,13	3,0 a 6,6	5,5 a 6,6
nov	-	5,56	136,83	20,80	7,57	22,20	8,99	3,0 a 6,6	5,5 a 6,6
dez	17,72	5,38	123,49	20,79	6,90	21,20	9,23	3,0 a 6,6	5,5 a 6,6
jan/96	-	5,13	102,24	24,65	6,32	21,55	9,51	3,0 a 6,5	5,5 a 6,5
fev	-	5,13	88,48	25,50	6,11	20,75	9,43	3,0 a 6,5	5,5 a 6,5
mar	18,34	5,35	83,45	25,07	5,77	18,99	9,29	3,0 a 6,5	5,5 a 6,5
abr	-	5,37	75,56	23,38	5,69	19,22	9,55	3,0 a 6,5	5,5 a 6,5
mai	-	5,43	72,78	23,02	5,53	18,08	9,53	3,0 a 6,5	5,5 a 6,5
jun**	15,44	5,56	74,92	21,24	5,26	15,72	9,57	3,0 a 6,5	5,5 a 6,5

* % ao ano. ** % ao ano mais correção cambial.

taxa antecipada - % ao mês (média mensal). ## % ao ano + TJLP.

Capital de Giro, Res. 63, Desconto de Duplicata, Export Notes e ACC, calculados a partir de dados do SISBACEN.

*** Capital de Giro, Res. 63, Export Notes e ACC valores referentes ao dia 4/6/96; e Desconto de duplicata, 3/6/96.

Fonte: Banco Central.